



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

Estado de São Paulo

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE
LOMBADAS E FAIXAS ELEVADAS PARA TRAVESSIA DE
PEDESTRES EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAJATI.**

SETEMBRO/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

Estado de São Paulo

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

1.	OBJETO	3
2.	LOCALIZAÇÃO	3
3.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	3
4.	ESCOPO	3
5.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	4
6.	EQUIPE OPERACIONAL	4
7.	PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA	5
8.	PROCEDIMENTOS PARA A UTILIZAÇÃO	5
9.	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	5
10.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	5
11.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	6
12.	MEDIÇÃO	7
13.	GARANTIA	7
14.	PENALIDADES	7

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços com o fornecimento de materiais, para implantação de ondulações transversais – Lombadas Tipo I e II e implantação de Faixas Elevadas para Travessia de Pedestres.

1.2. Incluem-se todos os materiais e serviços necessários para a consecução perfeita do objeto, de acordo com as normas técnicas vigentes, desenhos e especificações técnicas apontadas pela Divisão de Trânsito do Departamento de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Cajati.

2. LOCALIZAÇÃO

2.1. Os serviços serão executados nas vias públicas das áreas urbana e núcleos urbanos da área rural do Município de Cajati.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Tabela - Descrição dos Serviços e Quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Execução de Faixa Elevada para Travessia de Pedestres	un	10
2	Execução de Lombada Tipo I	un	15
3	Execução de Lombada Tipo II	un	10
4	Execução de concordância de Faixa Elevada para Travessia de Pedestres com a calçada	un	20

3

4. ESCOPO

4.1. Prestação de serviços de implantação de Ondulações Transversais – Lombadas tipo I e II e Faixa Elevada para Travessia de Pedestres, de acordo com as especificações técnicas, desenhos e normas apontados pela Divisão de Urbanismo e Trânsito do Departamento de Planejamento Urbano.

4.2. Os serviços objeto incluem a execução completa do escopo, nos tipos, locais e quantidades designados pela Divisão de Trânsito nas Ordens de Serviços.

4.3. Os critérios técnicos para a execução dos serviços serão as normas técnicas vigentes, desenhos e especificações técnicas apontadas pela Divisão de Trânsito.

4.4. Todas as instalações, equipamentos, meios, documentação, materiais e mão de obra necessária à execução do objeto serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

4.5. Todos os serviços deverão ser entregues completos.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1. Todos os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, deverão ser fornecidos instalados e completos, em conformidade com as normas técnicas vigentes, desenhos e as seguintes especificações:

- Código de Trânsito Brasileiro – CTB - ANEXO II.
- RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 600/16 - Estabelece os padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada física) em vias públicas, disciplinada pelo parágrafo único do art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro e proíbe a utilização de tachas, tachões e dispositivos similares implantados transversalmente à via pública.
- RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 738/18 - Estabelece os padrões e critérios para a instalação de faixa elevada para travessia de pedestres em vias públicas.
- CONTRAN - Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: Volume II – Sinalização Vertical de Advertência; Volume IV – Sinalização Horizontal.
- CET - Companhia de Engenharia de Tráfego / SP – Manual de Sinalização Urbana – Obras – Volume 8 – 2ª. Edição
- ABNT NBR 11862/12 – Sinalização horizontal viária – Tinta à base de resina acrílica.
- ABNT NBR 16184/13 - Sinalização horizontal viária – Esferas e Microesferas de vidro – Requisitos e métodos de ensaio.
- ABNT NBR 14891/12 – Sinalização vertical viária - Placas
- ABNT NBR 14644/13 – Sinalização vertical viária – Películas – Requisitos
- DER/SP - Especificação Técnica ET-DE-L00/019 – Sinalização Horizontal com Resina Vinílica ou Acrílica

5.2. Caberá à Fiscalização da Divisão de Trânsito, assegurar que as exigências relativas a essas especificações sejam cumpridas pela Contratada.

5.3. A Divisão de Trânsito sempre que houver dúvidas, reserva-se o direito de contratar, às suas expensas, laboratório credenciado, visando atestar, comprovar a qualidade e/ou conformidade dos materiais utilizados nos serviços objeto da Ata. Em sendo reprovados, fica a CONTRATADA, obrigada a refazer os serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, bem como terá os custos dessa contratação abatidos da medição correspondente.

5.4. Fica a Contratada como responsável única pela qualidade dos materiais e serviços executados, cabendo exclusivamente à mesma a substituição ou re-execução dos serviços considerados insatisfatórios ou defeituosos.

6. EQUIPE OPERACIONAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

Estado de São Paulo

6.1. Todo o pessoal, meios, ferramental, transporte, comunicação, ou qualquer outra necessidade adicional para o atendimento às tarefas de execução do objeto, será de responsabilidade exclusiva da Contratada.

6.2. Em nenhum caso a Prefeitura Municipal de Cajati fornecerá meios, materiais ou mão de obra para a execução do objeto.

7. PRAZO DE VIGENCIA

7.1. A Ata terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses.

8. PROCEDIMENTOS PARA A UTILIZAÇÃO

8.1. A gestão da Ata será de competência da Divisão de Trânsito do Departamento de Planejamento Urbano.

8.2. A utilização dos itens da Ata será através de projeto de implantação de lombada contendo memorial descritivo, orçamento preliminar e proposta de prazo de execução e a respectiva Ordem de Início de Serviços.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O prazo para a execução dos serviços será o constante na Ordem de Início de Serviço.

9.2. Em casos especiais estes poderão ser prorrogáveis, a critério da Divisão de Trânsito, mediante solicitação formal por parte da Contratada com motivo justo, antes de findo o prazo original de execução dos serviços.

9.3. A solicitação de prorrogação deverá obrigatoriamente justificar os motivos pelos quais os serviços não puderam ser concluídos, no prazo originalmente determinado.

9.4. A não conclusão dos serviços nos prazos determinados, sem a devida justificativa, acarretará na aplicação de penalidades à Contratada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deverá apresentar, na data de assinatura do contrato, um responsável técnico com formação superior, devidamente registrado no órgão de classe (Sistema CREA / CONFEA) compatível com as exigências do objeto deste Termo de Referência, o qual será o responsável pelos contatos técnicos com a Divisão de Trânsito.

10.2. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, todas as condições que levaram à sua habilitação e classificação no certame licitatório.

10.3. Todo o material retirado pela Contratada, como resultado da execução dos serviços solicitados, deverá ser removido e entregue em local previamente designado pela fiscalização, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Cajati.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

Estado de São Paulo

- 10.4.** A Contratada fica obrigada a cumprir integralmente as Ordens de Início de Serviço emitidas pela Divisão de Trânsito até a data do vencimento da Ata.
- 10.5.** Decorrido o prazo da validade da Ata não cessa a obrigação da Contratada de cumprir as Ordens de Início de Serviço recebidas até a data de vencimento da Ata.
- 10.6.** A Detentora da Ata obriga-se a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.7.** Os serviços, não poderão sofrer paralisação, por mais de 48 (vinte e quatro) horas, em sua execução, sem justificativa escrita devidamente aceita pela Divisão de Trânsito.
- 10.8.** A Detentora da Ata obriga-se a respeitar as normas técnicas, desenhos e especificações da Divisão de Trânsito pertinentes ao objeto licitado.
- 10.9.** A Detentora da Ata será a única responsável pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, devendo exigir de seus funcionários o uso dos equipamentos de proteção individual.
- 10.10.** Eventuais autorizações necessárias para a execução dos serviços objeto desta Ata, que dependam de outros órgãos, ou da própria Divisão de Trânsito, serão de responsabilidade exclusiva da Detentora.
- 10.11.** Todo o controle operacional e logístico do objeto da Ata será de responsabilidade da Detentora.
- 10.12.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Cajati ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 10.13.** Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente a Divisão de Trânsito, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.
- 10.14.** Comparecer, sempre que convocada pela fiscalização, ao local designado pela Divisão de Trânsito, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da Divisão de Trânsito:

- 11.1.** Exercer a fiscalização dos serviços através de técnico especialmente designado.
- 11.2.** Comunicar a falta de cumprimento das obrigações à Detentora, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo.
- 11.3.** Prestar à Detentora e a seus representantes e funcionários, as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

Estado de São Paulo

11.4. Encaminhar, juntamente com relatório fotográfico específico, a liberação de pagamento, correspondentes aos materiais e serviços efetivamente fornecidos pela Detentora, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, comunicando qualquer mudança.

11.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alteração do mesmo.

12. MEDIÇÃO

12.1. A medição dos serviços corresponderá ao total de projetos/Ordens de Serviços executados e aceitos no mês de referência da medição, sendo que somente serão medidos os serviços concluídos, dentro das normas e especificações estabelecidas no item 5.

12.2. A medição será recebida somente quando acompanhada pelo respectivo relatório fotográfico, indicando as situações “antes / depois” da intervenção. Estes, serão analisados por técnico da Divisão de Trânsito, que dará parecer conclusivo para prosseguir os procedimentos de pagamento.

12.3. Nenhum pagamento isentará a Detentora das responsabilidades contratuais, nem implicará a aceitação dos serviços.

12.4. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de aprovação da medição pela Divisão de Trânsito.

12.5. Os serviços serão medidos conforme os itens constantes da planilha orçamentária, que consistirá na única remuneração pelos mesmos, nada mais podendo ser pleiteado pela Detentora.

13. GARANTIA

13.1. A Detentora obriga-se a dar garantia aos serviços executados pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. O atendimento às necessidades da garantia dar-se-á em regime de 24 horas por dia, sete dias por semana, incluindo-se os feriados, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura Municipal de Cajati. Independentemente da causa geradora do problema que deverá ser reparado.

13.2. Para peças e / ou partes metálicas, como colunas, braçadeiras e placas a garantia será de 5 (cinco) anos contra a corrosão em suas partes ou todo.

13.3. Excluem-se destas: casos de furtos, vandalismo, e acidentes de grande monta que ocasionem a perda total da sinalização, desde que documentados mediante Boletim de Ocorrência Policial.

14. PENALIDADES

14.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, estando sujeita ainda às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor do Contrato reajustado nas mesmas bases do ajuste.

14.2. Advertência escrita, a ser aplicada para infrações não graves que, por si só, não ensejem a rescisão do Contrato ou sanção mais severa.

- 14.3.** Não comparecimento para assinatura de Ordem de Início de Serviços: multa diária de 05% (cinco por cento) sobre o valor da referida Ordem até o limite de 10 (dez) dias corridos. Após, estará caracterizada a inexecução parcial do Contrato.
- 14.4.** Multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor de cada Ordem de Serviço não atendida, no caso de Ordens de Serviços simultâneas.
- 14.5.** Multa diária de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Início de Serviços, pelo atraso injustificado na execução dos serviços. Após 30 (trinta) dias corridos estará caracterizada a inexecução parcial do Contrato.
- 14.6.** Multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Serviços, pela entrega de serviços qualitativamente em desordem, ou executados em desconformidade com as normas técnicas e / ou especificações pré-estabelecidas.
- 14.7.** Multa diária de 05% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Serviços, pelo atraso na execução de reparos em garantia, ou reexecução de serviços não satisfatórios, sem quaisquer ônus a Prefeitura Municipal de Cajati. Após 30 (trinta) dias corridos estará caracterizada a inexecução parcial do Contrato.
- 14.8.** Pelo não atendimento das demais obrigações descritas no memorial descritivo e no contrato como obrigações da contratada, não referidas nos itens anteriores, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço. Após 10 (dez) dias de descumprimento estará caracterizada inexecução parcial do Contrato.
- 14.9.** Multa por inexecução parcial do Contrato: até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
- 14.10.** Multa por inexecução total: até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.
- 14.11.** A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar sua rescisão nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 14.12.** A aplicação das penalidades deverá ser solicitada pela fiscalização à Diretoria do Departamento de Planejamento Urbano, a qual decidirá sobre a pertinência da mesma.